

## CONTRATO Nº 066/2024

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OURO E A EMPRESA OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO DA DECORAÇÃO NATALINA DE 2024.

O **MUNICÍPIO DE OURO** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.777.228/0001-57, com sede na Rua Governador Jorge Lacerda, nº 1209, centro, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Sra. Edinéia Rech Schlindwein, Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto, e a empresa **OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.\*\*\*.\*\*\*/0001-\*\*, com endereço na Rua Felipe Schmidt, nº 2289, sala 02, Centro da Cidade de Ouro/SC, CEP: 89.663-000, representada pela Sra. Rosana Maria Galio Poggere, inscrito no CPF nº 018.\*\*\*.\*\*\*-67, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 059/2024, Pregão Presencial nº 023/2024, mediante as cláusulas a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)**

1. O objeto deste contrato é a contratação de empresa para fornecimento de materiais e serviços para a instalação, manutenção e desinstalação da decoração natalina de 2024 no município de Ouro, conforme descrito no Anexo I e II e no projeto técnico.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II)**

1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 059/2024, Pregão Presencial nº 023/2024, e a proposta vencedora da empresa Ouroluz Produtos E Soluções Elétricas Ltda

### **CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na [Lei nº 14.133/2021](#) e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

### **CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV)**

Menor preço global ([art. 46, II](#) c/c [art. 6º, XXIX](#)).

### **CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)**

#### **1. PREÇO:**

1.1. O valor contratado será de R\$ 51.718,60 (cinquenta mil, setecentos e dezoito reais e sessenta centavos).

1.2. Seguem as tabelas com descrição e valores:

Item	Produto	Un.	Qtidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Cordão/Conjunto mini lâmpadas externo IP 66. 5m 200 Leds na cor branca. Fio verde	Peça	15	R\$ 65,70	R\$ 985,50
02	Fita Isolante de alta fusão 5M	Rolo	01	R\$ 16,00	R\$ 16,00
03	Fita isolante 20m Preta	Rolo	03	R\$ 5,60	R\$ 16,80
04	Abraçadeira de Nylon 20cm	Peça	200	R\$ 0,25	R\$ 50,00
05	Parafuso MAQ. 5/8 10. 20cm	Peça	06	R\$ 11,00	R\$ 66,00
06	Cinta Lisa de alumínio	Metro	05	R\$ 4,30	R\$ 21,50
07	Parafuso Galvanizado 20cm	Peça	01	R\$ 11,00	R\$ 11,00
08	Clip para cabo 7mm	Peça	60	R\$ 0,40	R\$ 24,00
09	Isolador OLHAL 5/8 tipo Pimentão	Peça	02	R\$ 8,40	R\$ 16,80
10	Armação de 1 elemento	Peça	01	R\$ 21,00	R\$ 21,00
11	Roldana Porcelana 72x72	Peça	01	R\$ 12,00	R\$ 12,00
12	Caixa de inspeção e passagem redonda em concreto, 30x30	Peça	01	R\$ 60,00	R\$ 60,00
13	Haste de aterramento cooperwelde 2,40X5/8 com conector	Peça	01	R\$ 60,20	R\$ 60,20
14	Mão de obra mais serviço de muque <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de acionamento</li> <li>• Pinheirinho Iluminado Formado por 30 cordão de mini lâmpadas de 5M</li> </ul>	Serviço	01	R\$ 1.575,00	R\$ 1.575,00
15	Caixa de inspeção e passagem redonda em concreto, 30x30	Peça	01	R\$ 60,00	R\$ 60,00
16	Haste de aterramento cooperweld 2,40X5/8 com conector	Peça	02	R\$ 60,20	R\$ 60,20
17	Cabo multiplexado 2X10mm <sup>2</sup> - Neutro isolado	Metro	200	R\$ 3,08	R\$ 616,00
18	Fio paralelo branco 2X2,5mm <sup>2</sup>	Metro	200	R\$ 4,26	R\$ 852,00
19	Conector redondo - 2 fios - para alimentação mangueira/corda luminosa de LED 13mm, com fonte. 220v	Peça	30	R\$ 11,33	R\$ 339,90
20	Emenda/conector redondo para mangueira/corda luminosa. 2 fios. 13mm	Peça	15	R\$ 4,15	R\$ 62,25
21	Capa terminal para mangueira/corda luminosa 13mm	Peça	41	R\$ 3,35	R\$ 137,35
22	Fixa fio 13mm com prego	Peça	700	R\$ 0,24	R\$ 168,00
23	Fita isolante de alta fusão 5M	Rolo	02	R\$ 16,00	R\$ 32,00
24	Fita isolante 20 m preta	Rolo	06	R\$ 5,60	R\$ 33,60
25	Fita isolante 20m Branca	Peça	02	R\$ 9,50	R\$ 19,00
26	Abraçadeira de Nylon 20cm	Peça	500	R\$ 0,25	R\$ 125,00
27	Mão de obra mais serviço de muque. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de acionamento</li> <li>• Decoração de 41 árvores, com mangueira luminosa (1.063M)</li> <li>• Instalação de 2 pinheirinho iluminados</li> <li>• Contorno da academia com</li> </ul>	Serviço	01	R\$ 5.925,00	R\$ 5.925,00

	mangueira luminosa <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de 20 figura arabesco luminosa nos postes da Rua Felipe Schmidt.</li> </ul>				
28	Armação de 1 elemento	Peça	02	R\$ 21,00	R\$ 42,00
39	Roldana porcelana	Peça	02	R\$12,00	R\$ 24,00
30	Caixa de inspeção e passagem redonda em concreto, 30x30	Peça	01	R\$ 60,00	R\$ 60,00
31	Haste de aterramento cooperweld 2,40X5/8 com conector	Peça	01	R\$ 60,20	R\$ 60,20
32	Cabo multiplexado 2X10mm <sup>2</sup> - neutro isolado	Metro	40	R\$ 3,08	R\$ 123,20
33	Mangueira luminosa de LED 12MM - verde/vermelha	Peça	200	R\$ 9,48	R\$ 1.896,00
34	Abraçadeira de nylon 20cm	Peça	1.000	R\$ 0,25	R\$ 250,00
35	Conector redondo - 2 fios - para alimentação mangueira/corda luminosa de LED 13mm, com fonte. 220v	Peça	05	R\$ 11,33	R\$ 56,65
36	Emenda/conector redondo para mangueira/corda luminosa. 2 fios. 13mm	Peça	05	R\$ 4,15	R\$ 20,75
37	Capa terminal para mangueira/corda luminosa 13mm	Peça	05	R\$ 3,35	R\$ 16,75
38	Fita isolante 20m preta	Rolo	05	R\$ 5,60	R\$ 28,00
39	Cinta de alumínio	Metro	05	R\$ 4,30	R\$ 21,50
40	Presilha para cinta de alumínio	Peça	16	R\$ 1,52	R\$ 24,32
41	Parafuso galvanizado 20cm	Peça	02	R\$ 11,00	R\$ 22,00
42	Mão de obra <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de acionamento</li> <li>• Contorno da ponte com Mangueira luminosa</li> </ul>	Serviço	01	R\$ 2.337,50	R\$ 2.337,50
43	Armação de 1 elemento	Peça	02	R\$ 21,00	R\$ 42,00
44	Roldana porcelana 72x72	Peça	02	R\$ 12,00	R\$ 24,00
45	Caixa de inspeção e passagem redonda em concreto, 30x30	Peça	01	R\$ 60,00	R\$ 60,00
46	Haste de aterramento cooperweld 2,40X5/8 com conector	Peça	01	R\$ 60,20	R\$ 60,20
47	Cabo multiplexado 2x10mm <sup>2</sup> - Neutro e isolado	Metro	40	R\$ 3,08	R\$ 123,20
48	Conjunto de luzes em 8 tubos tipo meteoro IP 66 Multicolor. 50cm	Peça	15	R\$ 97,81	R\$ 1.467,15
49	Mangueira Luminosa de LED 12mm- 220v - IP 44 - Verde. - Para decorar os contornos dos canteiros	Metro	100	R\$ 9,48	R\$ 948,00
50	Rede 320 Led, cor amarelo, 220v, tamanho 2,5x3 metros	Peça	08	R\$ 175,21	R\$ 1.401,68
51	Cortina Luminosa / 96 LEDS branco para uso externo, estática 3000k, fio branco C/diâmetro 1,8mm, 220V. Com fonte. Medida 5 X 0,30 MTS para união em sequência até 5 cortinas em sequência, Potência mínima: 19 Watts. IP- 44.	Peça	10	R\$ 109,66	R\$ 1.096,60

52	Cortina c/500 leds uso externo, fixa, fio branco, 220V, tomada M/F, medidas 3x2,5 m para união de até 4 cortinas. Potência mínima: 19 Wastts. IP – 44. com branca 3x2,5	Peça	04	R\$ 226,66	R\$ 906,64
53	Conector redondo - 2 fios - para alimentação mangueira/corda luminosa de LED 13mm, com fonte. 220v	Peça	30	R\$ 11,33	R\$ 339,90
54	Emenda/conector redondo para de mangueira/corda luminosa. 2 fios. 13mm	Peça	30	R\$ 4,15	R\$ 124,50
55	Capa terminal para mangueira/corda luminosa 13mm	Peça	30	R\$ 3,35	R\$ 100,50
56	Clip de fixação para mangueira de led de 13mm com parafuso	Peça	200	R\$ 0,86	R\$ 172,00
57	Fita isolante de alta fusão 5M	Rolo	04	R\$ 16,00	R\$ 64,00
58	Fita isolante 20m preta	Rolo	08	R\$ 5,60	R\$ 44,80
59	Fita isolante 10m branca	Rolo	05	R\$ 3,35	R\$ 16,75
60	Fixa fio 13mm com prego	Peça	120	R\$ 0,25	R\$ 28,80
61	Abraçadeira de nylon 20cm	Peça	200	R\$ 0,25	R\$ 50,00
62	Isolador olhal 5/8 tipo pimentão	Peça	05	R\$ 8,40	R\$ 42,00
63	Alça pré-formada para cabo 10mm <sup>2</sup> - neutro isolado	Peça	06	R\$ 4,55	R\$ 27,30
64	Parafuso galvanizado 20 cm	Peça	04	R\$ 11,00	R\$ 44,00
65	Fio paralelo branco 2X1,5mm <sup>2</sup>	Metro	200	R\$ 2,61	R\$ 522,00
66	Festão Nevado Verde escuro 7mm	Metro	300	R\$ 15,53	R\$ 4.659,00
67	Mão de obra <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de acionamento</li> <li>• Decoração de 9 Árvores com mangueira luminosa, luzes meteoro e 4 refletores.</li> <li>• Decoração da casa do Papai Noel, casa do artesanato, palco e capela com cortina luminosa.</li> <li>• Decoração de Túnel com rede luminosa.</li> <li>• Decoração de contorno dos canteiros, com mangueira luminosa.</li> <li>• Decoração de dois pinheirinhos de aço, com mangueira luminosa.</li> </ul>	Serviço	01	R\$ 6.725,00	R\$ 6.725,00
68	Armação de 1 elemento	Peça	02	R\$ 21,00	R\$ 42,00
69	Roldana em porcelana	Peça	02	R\$12,00	R\$ 24,00
70	Haste de aterramento cooperweld 2,40X5/8 com conector	Peça	01	R\$ 60,20	R\$ 60,20
71	Caixa de inspeção e passagem redonda em concreto, 30x30	Peça	01	R\$ 60,00	R\$ 60,00
72	Abraçadeira de nylon 20cm	Peça	200	R\$ 0,25	R\$ 50,00
73	Conector redondo - 2 fios - para alimentação mangueira/corda luminosa de LED 13mm, com fonte. 220v	Peça	10	R\$ 11,33	R\$ 113,30

74	Emenda/conector redondo para mangueira/corda luminosa. 2 fios. 13mm	Peça	05	R\$ 4,15	R\$ 20,75
75	Capa terminal para mangueira/corda luminosa 13mm	Peça	05	R\$ 3,35	R\$ 16,75
76	Fita isolante 20 preta	Peça	03	R\$ 5,60	R\$ 16,80
77	Cinta de alumínio	Metro	05	R\$ 4,30	R\$ 21,50
78	Presilha para cinta de alumínio	Peça	08	R\$ 1,52	R\$ 12,16
79	Parafuso galvanizado 20cm	Peça	02	R\$ 11,00	R\$ 22,00
80	Mão de obra <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de acionamento.</li> <li>• Decoração de 11 árvores com mangueira luminosa.</li> </ul>	Serviço	01	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
81	Caixa de inspeção e passagem redonda em concreto, 30x30	Peça	01	R\$ 60,00	R\$ 60,00
82	Haste de aterramento cooperweld 2,40X5/8 com conector	Peça	01	R\$ 60,20	R\$ 60,20
83	Armação de 1 elemento	Peça	01	R\$ 21,00	R\$ 21,00
84	Roldana porcelana	Peça	01	R\$ 12,00	R\$ 12,00
85	Conector redondo - 2 fios - para alimentação mangueira/corda luminosa de LED 13mm, com fonte. 220v	Peça	03	R\$ 11,33	R\$ 33,99
86	Emenda/conector redondo para mangueira/corda luminosa. 2 fios. 13mm	Peça	03	R\$ 4,15	R\$ 12,45
87	Capa terminal para mangueira/corda luminosa 13mm	Peça	03	R\$ 3,35	R\$ 10,05
88	Fita isolante alta fusão 5M	Rolo	02	R\$ 16,00	R\$ 32,00
89	Fita isolante 20m preta	Rolo	04	R\$ 5,60	R\$ 22,40
90	Fita isolante 10m branca	Rolo	01	R\$ 3,35	R\$ 3,35
91	Abraçadeira de nylon 20cm	Peça	100	R\$ 0,25	R\$ 25,00
92	Peveduto/eletroduto corrugado 1"	Metro	15	R\$ 1,96	R\$ 29,40
93	Parafuso galvanizado	Peça	03	R\$ 11,00	R\$ 33,00
94	Mão de obra <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de acionamento</li> <li>• Figura natalina pinheirinho iluminado com mangueira.</li> <li>• Contorno dos canteiros com mangueira luminosa.</li> <li>• Decoração da fachada com cortina luminosa.</li> </ul>	Serviço	01	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
95	Haste de aterramento cooperweld 2,40X5/8 com conector	Peça	01	R\$ 60,20	R\$ 60,20
96	Caixa de inspeção e passagem redonda em concreto, 30x30	Peça	01	R\$ 60,00	R\$ 60,00
97	Fio paralelo 2x2,5mm <sup>2</sup> isolação 750V	Metro	20	R\$ 3,89	R\$ 77,80
98	Cabo multiplexado 2X10mm <sup>2</sup> - neutro isolado	Metro	20	R\$ 3,08	R\$ 61,60
99	Conector redondo - 2 fios - para alimentação mangueira/corda luminosa de LED 13mm, com fonte. 220v	Peça	05	R\$ 11,33	R\$ 56,65
100	Emenda/conector redondo para mangueira/corda luminosa. 2 fios. 13mm	Peça	05	R\$ 4,15	R\$ 20,75

101	Capa terminal para mangueira/corda luminosa 13mm	Peça	05	R\$ 3,35	R\$ 16,75
102	Fita isolante alta fusão 5M	Rolo	01	R\$ 16,00	R\$ 16,00
103	Fita isolante 20m Preta	Rolo	01	R\$ 5,60	R\$ 5,60
104	Abraçadeira nylon 20cm	Peça	60	R\$ 0,25	R\$ 15,00
105	Terminal compressão 10mm	Peça	01	R\$ 1,56	R\$ 1,56
106	Parafuso Ponta Broca 12x2 1/2	Peça	30	R\$ 1,68	R\$ 50,40
107	Mão de obra <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de acionamento.</li> <li>• Painel de boas festas.</li> <li>• Instalação de painel luminoso (boas festas)</li> </ul>	Serviço	01	R\$ 2.125,00	R\$ 2.125,00
108	Fita de LED 12mm 220vol RGB 14,4w/MT IP65	Metro	100	R\$ 62,50	R\$ 6.250,00
109	Mão de Obra	Serviços	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
110	Mangueira Luminosa de led 12 mm – 220v – IPP44 - Azul	Metros	100	R\$ 9,48	R\$ 948,00
				<b>Valor Total R\$ 51.718,60</b>	

## 2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. O contratante realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação e aceite da Nota Fiscal.

2.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada, em parcela única. A desinstalação dos enfeites natalinos deverá ocorrer até o dia 06.01.2025. Após esta data será emitida a Nota Fiscal.

2.3 A nota fiscal será emitida pela contratada após o recebimento definitivo do objeto e em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

- a) indicação do número do contrato;
- b) indicação do objeto do contrato;
- c) destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento, (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;
- d) conta bancária, conforme indicado pela contratada na nota fiscal.

2.4 A nota fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

2.5 Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante.

### **3. CRITÉRIOS:**

3.1. No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas categorias de contratos conforme [art. 141, caput da Lei nº 14.133/2021](#).

**4. DATA-BASE:** Vinculada a data do orçamento estimado.

### **5. PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:**

Apesar de não constar possibilidade jurídica de aplicação ao Art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021, para fins de atendimento a legislação de regência o índice a ser considerado é o IPCA com dada-base vinculada a data do orçamento estimado.

### **CLÁUSULA SEXTA: OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO ([art. 92, VI](#))**

**1. CRITÉRIOS DA MEDIÇÃO:** Será observado o quantitativo executado.

**2. PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO:** Três dias úteis após a entrega da Nota Fiscal.

**3. PRAZO PARA PAGAMENTO:** O contratante realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação e aceite da Nota Fiscal.

### **CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO ([art. 92, VII](#))**

**1. PRAZO DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO:** Os serviços deverão ser iniciados pela licitante vencedora 03 (três) dias úteis a partir da Ordem de Serviço.

**2. PRAZO DE CONCLUSÃO E ENTREGA:** Até às 12 horas do dia 30 de novembro de 2024.

### **CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA ([art. 92, VIII](#))**

As despesas para execução do objeto correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

2023. Desenvolvimento de Atividades Artístico-Culturais  
3.3.90.00.00 (150070000000) – Aplicações Diretas

Os recursos serão oriundos da esfera municipal.

### **CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO ([art. 92, XI](#))**

Havendo a solicitação de reequilíbrio físico-financeiro dos valores do contrato, a administração municipal deverá dar parecer em até 8 (oito) dias úteis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: O PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS. ([art. 92, XIII](#))**

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da iluminação natalina, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias ([art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021](#)).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS ([art. 92, XIV](#))**

### **1. RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

#### **l) Obrigações do CONTRATADO:**

- a) Executar os serviços obedecendo rigorosamente ao disposto no Edital de Pregão Presencial nº 023/2024.
- b) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas no presente Contrato.
- c) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação do presente Contrato
- d) Manter, durante o prazo de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 023/2024.
- e) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/21.
- f) A CONTRATADA, não poderá realizar subcontratações.
- g) Executar o Contrato em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços;
- h) Executar os serviços, obedecendo rigorosamente o descrito na proposta.
- i) Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, promovidos por si ou por terceiro sob seu mando ou responsabilidade, na utilização dos serviços.
- j) Comunicar com antecedência mínima de 3 (três) dias as impossibilidades de atendimento, salvo as motivadas por força maior, que serão justificadas por relatórios.
- k) Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal durante a execução do contrato.
- l) Permitir a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato resultante deste certame licitatório.
- m) A Contratada deverá assumir o compromisso formal de executar todas as tarefas objeto do presente certame com perfeição e acuidade, mobilizando, para tanto, profissionais capacitados e submetidos a prévio treinamento.
- n) A Contratada deverá responsabilizar-se, permanentemente, pela guarda, vigilância, segurança e manutenção das estruturas e equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas para prestação dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com qualquer despesa relativa a danos, desaparecimento, roubo ou furto dos equipamentos, materiais e ferramentas.
- o) A Contratada deverá arcar com todas as despesas relativas ao transporte dos equipamentos, materiais e ferramentas necessárias à montagem e desmontagem bem como dos funcionários, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais e demais despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução dos serviços.

- p) A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, de acordo com as leis trabalhistas e previdenciárias que lhes assegurem as demais exigências legais para o exercício da atividade.

**A contratada deverá ainda observar as seguintes exigências:**

- a) Fornecer os produto ou serviço independente de qualquer contratempo, em tempo hábil;
  - b) Se for o caso, apresentar, quando solicitado pelo Município, análise do material e/ou equipamento, efetuada por Órgão destinado a este fim, na qual comprove a adequabilidade e qualidade do produto, podendo ser solicitado também documentação que comprove a inspeção de materiais e instalações por órgão destinado a este fim nas dependências da contratada. A documentação deverá ser original ou cópia autenticada;
  - c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento;
  - d) Manter, durante toda a execução do presente instrumento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - e) A empresa deverá assumir o compromisso formal de executar todas as tarefas objeto do presente certame com perfeição e acuidade, mobilizando, para tanto, profissionais capacitados e submetidos a prévio treinamento.
  - f) A CONTRATADA deverá executar a montagem da decoração em tempo compatível com o cronograma do evento, ou seja, até cinco (5) dias antes da abertura da programação, que acontecerá no dia 30 de novembro 2024, devendo a desmontagem ser realizada entre os dias 06 ao dia 12 de janeiro de 2025.
  - g) A CONTRATADA deverá responsabilizar-se, pela manutenção da iluminação durante toda a programação de Natal, que vai do dia 30/11/2024 ao dia 06 de janeiro de 2025, inclusive com a presença de técnico durante os quatro (4) eventos que acontecerão no dia 30 de novembro (abertura), nos dias 7 e 14 de dezembro (sábado) e no dia 22 de dezembro (domingo de encerramento), para sanar quais quer problemas.
  - h) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas relativas ao operacional e ferramentas necessárias à montagem e desmontagem, bem como dos funcionários, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução dos serviços.
  - i) A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os empregados quando em serviço, de acordo com as leis trabalhistas e previdenciárias que lhes assegurem as demais exigências legais para o exercício da atividade.
  - j) A CONTRATADA deverá prevenir contra sinistros que possam ocorrer com a questão de energização executando todas as medidas necessárias como aterramento e isolamento da fiação de acordo com as normas técnicas da legislação em vigor.
  - k) A CONTRATADA deverá dispor de todos os equipamentos necessários para a realização da montagem, instalação e desmontagem da decoração conforme disposto no item, 4 (quatro) deste objeto de Estudo.
- II) Obrigações do CONTRATANTE:**
- a) Gerenciar o presente contrato, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais homologados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

- b) Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços homologados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no contrato.
- e) Efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento.
- f) Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução dos serviços.
- g) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## 2. PENALIDADES CABÍVEIS E VALORES DAS MULTAS:

1) O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

2) Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência ( <a href="#">art. 156, § 2º</a> ).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa ( <a href="#">art. 156, § 7º</a> ).
Multa de 15,00% (quinze por cento) do valor do contrato)	Qualquer infração ( <a href="#">art. 156, § 3º</a> ).

<p>Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ouro/SC, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (<a href="#">art. 156, § 4º</a>).</p>	<p>II, III, IV, V, VI, VII  Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.  Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (<a href="#">art. 156, § 7º</a>).</p>
<p>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (<a href="#">art. 156, § 5º</a>).</p>	<p>VIII, IX, X, XI, XII  Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (<a href="#">art. 156, § 7º</a>).</p>

**3)** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**4)** Para aplicação das sanções ([arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

II - Incisos III e IV do item 1:

- a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
- g) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

- h) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;
- i) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**5)** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**6)** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

**7)** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**8)** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**9)** A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**10)** A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no [art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#).

**11)** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

**11.1)** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

**12)** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Ouro/SC, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I) Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II) Pagamento da multa;
- III) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

**12.1)** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO ([art. 92, XVI](#))**

1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ ([art. 92, XVII](#))**

1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO ([art. 92, XVIII](#))**

1. A Gestora do contrato será a Sra. **Edinéia Rech Schlindwein**, Secretária municipal da Educação, Cultura e desporto – **Matrícula nº 231-2**.

As obrigações do Gestor de Contrato estão previstas no Decreto Municipal Nº 979, DE 29 DE JUNHO DE 2023, conforme segue:

Art. 9º - Gestor de Contrato é a pessoa designada pela autoridade competente para gerir o contrato administrativo.

§ 1º Tem como obrigações mínimas, sem prejuízo de outras correlatas:

- I) seguir o Edital quanto às regras relativas à gestão do contrato;
- II) seguir o modelo de gestão previsto no contrato administrativo;
- III) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- IV) acompanhar os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

- V) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;
- VI) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;
- VII) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Licitações e Compras para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros, e em consonância com a fiscalização quando for o caso;
- VIII) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais;
- IX) entrar em contato com o Contratado, quando necessário, para resolver questões relativas ao contrato administrativo, inclusive a quanto à solicitação de documentos regulares e válidos;
- X) gerir as datas estabelecidas pela Administração Pública em edital e contrato, tanto em relação à vigência do contrato quanto em relação ao prazo da execução do objeto;
- XI) constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações;
- XII) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- XIII) diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso;
- XIV) sugerir as demais providências cabíveis para o bom andamento e execução do contrato.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do **caput** do art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 poderão participar no apoio das atividades de gestão do contrato, sempre com supervisão do Gestor de Contrato.

§ 3º Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 4º Poderá contar com o apoio da assessoria jurídica e órgão de Controle Interno, de acordo com as atribuições de cada órgão.

2. A fiscalização dar-se-á através do Sr. **Laudemir José Reck**, Diretor de Cultura e Turismo – **Matrícula nº 1348-7**

Conforme o Art. 10. Fiscal do Contrato é a pessoa designada pela autoridade competente de acordo com o objeto contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

§ 1º Tem como obrigações mínimas, sem prejuízo de outras correlatas:

- I) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- II) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- III) acompanhar o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração;
- IV) acompanhar os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
- V) acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;
- VI) seguir o Termo de Referência sobre como a execução do objeto deve ser acompanhada e fiscalizada;
- VII) seguir o Projeto Básico quanto às normas de fiscalização do objeto a serem seguidas;
- VIII) seguir o Edital quanto às regras relativas à fiscalização;
- IX) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- X) informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- XI) fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- XII) nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deve fiscalizar a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados pelo contratado, podendo a Administração responder solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado;
- XIII) receber o objeto do contrato provisoriamente:
  - a) obras e serviços: mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
  - b) compras: com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

§ 2º Para a fiscalização, poderá ser nomeado um ou mais servidores.

§ 3º A Administração Pública poderá contratar terceiros para assistir e subsidiar o(s) fiscal(is) dos contratos, devendo ser observadas as seguintes regras:

- I) a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
- II) a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

§ 4º Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 5º Poderá contar com o apoio da assessoria jurídica e órgão de Controle Interno, de acordo com as atribuições de cada órgão, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO ([art. 92, XIX](#))**

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações ([art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições ([art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).

**2. O CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses ([art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 da Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**3. A extinção do contrato** poderá ser ([art. 138 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**3.1.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**3.2.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

**4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração** poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências ([art. 139 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
  - l) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

- II) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - III) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
  - IV) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO ([art. 92, § 1º](#))**

1. É declarado competente o foro de Capinzal/SC para dirimir qualquer questão contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

1. Em atendimento ao disposto na [Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), o **CONTRATANTE**, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**.

2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. [7º](#), [11](#) e/ou [14](#) da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.
- d) Eventualmente, podem as partes convencionar que o **CONTRATANTE** será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- e) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

- f) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras que regulamenta a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

**10.1.** Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

**11.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

**12.** Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**13.** O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

**14.** A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**15.** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

**15.1.** Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

**16.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a [Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

**16.1.** A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do

descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: PUBLICAÇÃO**

1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes ([art. 94, I da Lei nº 14.133/2021](#)).

2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato serão divulgados:

- I) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município ([art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021](#));
- II) Página do Município de Ouro/SC ([www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br));
- III) Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA ASSINATURA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

1. O prazo para que o contratado assine o contrato será de 03 (três) dias úteis após a solicitação formal.

2. O contrato terá vigência a partir da data de sua publicação até 30.01.2025, não podendo ser prorrogado.

Ouro/SC, 27/11/2024.

#### **MUNICIPIO DE OURO**

Secretária Municipal da Educação,  
Cultura e Desporto  
Edinéia Rech Schlindwein  
Contratante

#### **OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA**

Rosana Maria Galio Poggere  
Contratada

Testemunhas:

Liliane A. de Lima Todeschini  
CPF nº 102.\*\*\*.\*\*\*-25

João Vitor Hoffmann  
CPF nº 114.\*\*\*.\*\*\*-20

**Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica  
Rafael Maciel Parizotto - OAB 30279  
Portaria 005/2021**